



OZ CORRETORA DE CÂMBIO S.A.

MANUAL KYS

Know Your Supplier – Conheça Seu Fornecedor

Versão 2026

Este documento apresenta, em linguagem clara e institucional, como a OZ Câmbio adota critérios de integridade, avaliação de risco, diligência, monitoramento e rastreabilidade no relacionamento com fornecedores e prestadores de serviços relevantes.

Sumário

1. Apresentação institucional	3
2. O que é o KYS e por que ele importa	3
3. A quem o KYS se aplica.....	4
4. Fundamentos regulatórios e princípios orientadores.....	4
5. Governança, responsabilidades e alçadas	5
5.1 Síntese pública das responsabilidades	6
6. Integração do KYS com os demais controles da instituição.....	6
7. Onboarding do fornecedor e lógica de admissão.....	7
8. Metodologia de avaliação de risco	7
8.1 Exemplo público de fatores observados.....	8
9. Due diligence documental, reputacional e de conformidade.....	8
10. Critérios de aceitação, recusa, exceção e descontinuidade	9
11. Monitoramento contínuo, reclassificação e eventos-gatilho.....	9
12. Dossiê KYS, guarda documental e rastreabilidade	10
13. Indicadores de efetividade e melhoria contínua.....	10
14. Treinamento, cultura, sigilo e revisão periódica	11
15. Compromisso institucional e disposições finais	11

1. Apresentação institucional

A OZ Corretora de Câmbio S.A. adota o programa KYS – Know Your Supplier, ou Conheça Seu Fornecedor – como parte de sua estrutura de governança, integridade, controles internos e prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e à proliferação de armas de destruição em massa. Esta versão pública foi preparada para explicar ao público em geral, em linguagem clara, fluida e institucional, como a OZ procura conhecer adequadamente seus fornecedores e prestadores de serviços relevantes e por que esse cuidado é importante para a segurança da instituição, de seus clientes, de seus parceiros e do ambiente regulado em que atua.

A base interna do Manual KYS possui natureza normativa e operacional. Ela disciplina o fluxo de contratação, os critérios de análise, a metodologia de risco, a produção de evidências, as alçadas decisórias, o monitoramento contínuo e os anexos executáveis exigidos para fins de auditoria e supervisão. Nesta versão pública, a instituição não expõe parâmetros sensíveis, trilhas reservadas ou critérios internos cuja divulgação possa comprometer a efetividade dos controles. Em seu lugar, apresenta os fundamentos do programa, sua lógica de funcionamento e seu valor institucional.

A OZ entende que transparência e proteção não são conceitos opostos. A transparência institucional exige que o público compreenda a existência e o propósito do KYS. A proteção jurídica e reputacional, por sua vez, recomenda que o detalhamento operacional crítico permaneça em âmbito interno. O presente documento foi concebido exatamente para equilibrar esses dois objetivos.

Sob esse prisma, o KYS não deve ser visto como um simples checklist de contratação. Trata-se de um mecanismo de prevenção, disciplina de risco e confiança institucional, destinado a assegurar que a relação com fornecedores e prestadores de serviços relevantes seja iniciada, mantida e, quando necessário, encerrada de forma proporcional, documentada e compatível com o apetite de risco da instituição.

2. O que é o KYS e por que ele importa

Em termos simples, o KYS é o conjunto de procedimentos adotados para identificar, qualificar, analisar, classificar e acompanhar fornecedores e prestadores de serviços relevantes antes e durante o relacionamento contratual. O objetivo não é apenas verificar documentos formais, mas compreender se o terceiro apresenta condições mínimas de integridade, transparência, capacidade operacional e aderência a exigências regulatórias e contratuais compatíveis com o vínculo pretendido.

Em uma instituição supervisionada, o risco não nasce apenas da relação com clientes ou operações financeiras. Ele também pode surgir da contratação de terceiros inadequados, especialmente quando tais terceiros acessam dados, sistemas, processos, pagamentos, instalações, informações sensíveis ou atividades críticas à continuidade e à reputação do

negócio. Fornecedores mal avaliados podem ampliar risco operacional, risco regulatório, risco de segurança da informação, risco socioambiental, risco reputacional e risco de PLDFTP.

Por essa razão, conhecer adequadamente o fornecedor é parte essencial de um programa maduro de governança. O KYS ajuda a evitar contratações improvisadas, reduzir zonas de opacidade societária, mitigar vulnerabilidades contratuais, antecipar riscos e documentar decisões de forma auditável.

O programa também protege a própria relação comercial. Um processo bem desenhado reduz incertezas, melhora a qualidade da documentação, fortalece a capacidade de cobrança de obrigações contratuais e torna mais claro o racional que sustentou a aceitação, a recusa, a exceção ou o encerramento de determinado vínculo.

3. A quem o KYS se aplica

A base interna do Manual deixa claro que o KYS não está restrito a fornecedores tradicionais de bens. Seu alcance abrange fornecedores e prestadores de serviços relevantes, incluindo terceiros que possam expor a instituição a riscos de natureza regulatória, operacional, tecnológica, contratual, reputacional ou de PLDFTP. Em linguagem pública, isso significa que a lógica do programa se concentra menos na forma do contrato e mais no impacto que o terceiro pode produzir sobre a instituição.

Assim, o KYS pode alcançar pessoas físicas ou jurídicas contratadas para fornecimento de bens, serviços técnicos, serviços continuados, softwares, licenças, utilidades, terceirização, consultoria, suporte, serviços de tecnologia, apoio administrativo, segurança, dados, infraestrutura e outras atividades que interfiram em processos sensíveis da OZ Câmbio.

A intensidade do controle, naturalmente, varia conforme a criticidade do bem ou serviço, o nível de acesso concedido ao fornecedor, a presença de subcontratações, a existência de interação com dados ou clientes, o contexto reputacional do terceiro, a clareza de sua estrutura societária e a relevância operacional do objeto contratado. Em outras palavras, o programa observa a lógica de abordagem baseada em risco e em proporcionalidade.

Esse desenho é relevante porque demonstra que a instituição não trata todos os fornecedores como se representassem o mesmo nível de exposição, mas também não desconsidera o risco apenas porque o vínculo se dá por contrato civil ou comercial. O foco permanece na efetiva sensibilidade do relacionamento.

4. Fundamentos regulatórios e princípios orientadores

O KYS da OZ está inserido em um contexto mais amplo de PLDFTP, controles internos, governança corporativa, segurança da informação e avaliação interna de riscos. A base interna do Manual faz referência a normas como a Circular BCB nº 3.978/2020, às

Resoluções BCB e CMN aplicáveis ao ambiente de conformidade e controles internos, à Lei nº 9.613/1998, à LGPD e aos normativos internos correlatos da instituição.

Na versão pública, isso pode ser compreendido de forma simples: o programa não existe por conveniência administrativa, mas porque conhecer adequadamente terceiros relevantes é parte indispensável de um ambiente de controle robusto, especialmente em instituição autorizada a operar em mercado regulado e sujeita a auditorias, revisões e expectativas específicas de supervisão.

A interpretação do KYS é orientada por princípios que ajudam a tornar o processo coerente e defensável. Entre eles estão a abordagem baseada em risco, a proporcionalidade, a independência da análise de Compliance, a suficiência documental, a rastreabilidade das decisões, a revisão periódica, o tratamento consistente de exceções, o respeito à proteção de dados e a prevalência de postura prudente em situações de dúvida relevante.

Esses princípios impedem que o KYS se transforme em mera formalidade burocrática. Em vez disso, fazem do programa um mecanismo de prevenção, prova, governança e melhoria contínua.

5. Governança, responsabilidades e alçadas

Um programa de KYS só produz resultados consistentes quando a governança é clara. A base interna do Manual distribui responsabilidades entre áreas demandantes, Cadastro ou Administrativo, Compliance, Jurídico, Diretoria, Controles Internos e Auditoria Interna. Em termos públicos, isso pode ser entendido como a aplicação do modelo das linhas de defesa, no qual diferentes áreas participam do processo sem que uma única instância concentre, sozinha, toda a análise e toda a decisão.

As áreas demandantes identificam a necessidade da contratação, justificam o vínculo, apoiam a coleta de informações iniciais e prestam esclarecimentos sobre o objeto contratado. Cadastro ou Administrativo conferem a consistência formal dos documentos e ajudam a compor o dossiê. Compliance executa a due diligence independente, aplica a lógica de risco, emite parecer e propõe condicionantes quando cabíveis. O Jurídico formaliza instrumentos contratuais com as cláusulas necessárias. A Diretoria delibera sobre exceções e situações de maior sensibilidade. A Auditoria Interna testa a aderência e a efetividade do processo.

Esse desenho de responsabilidades é importante porque reduz conflitos de interesse. A área que deseja contratar determinado fornecedor não deve ser a mesma que, isoladamente, define o mérito de risco da contratação. A área que analisa não deve ser a mesma que audita. E a alçada que aprova exceções sensíveis precisa estar formalmente definida.

Do ponto de vista do público, a mensagem central é esta: a OZ organiza o KYS de forma a permitir segregação de funções, accountability e coerência de decisão. Governança, aqui, não é apenas um organograma; é o modo como a instituição distribui responsabilidades para reduzir fragilidade e elevar a qualidade da evidência.

5.1 Síntese pública das responsabilidades

Instância	Responsabilidade principal	Finalidade institucional
Área demandante	Justificar a contratação e prestar esclarecimentos sobre o serviço	Dar origem formal ao processo
Cadastro / Administrativo	Conferir documentação e compor o dossiê	Assegurar base documental mínima e íntegra
Compliance	Executar due diligence, classificar risco e emitir parecer	Garantir independência técnica e coerência analítica
Jurídico	Formalizar o contrato e cláusulas críticas	Proteger a relação contratual e os controles
Diretoria	Deliberar sobre exceções e casos mais sensíveis	Assegurar alçada adequada e supervisão
Auditoria Interna	Testar aderência e efetividade do processo	Confirmar robustez, evidência e melhoria contínua

6. Integração do KYS com os demais controles da instituição

O Manual interno deixa claro que o KYS não deve funcionar isoladamente. Ele integra o sistema mais amplo de prevenção à lavagem de dinheiro, avaliação interna de risco, monitoramento de situações suspeitas, gestão de terceiros, controles internos e revisão de governança. Essa integração é relevante porque o risco de fornecedores raramente é apenas contratual: ele pode refletir-se em outras frentes de controle.

Na prática, isso significa que achados de KYS podem alimentar a Avaliação Interna de Risco da instituição, contribuir para a recalibração de critérios de aceitação e gerar planos de ação quando fragilidades recorrentes são identificadas. Da mesma forma, eventos detectados em monitoramento operacional, em segurança da informação, em incidentes internos ou em outros programas como KYC, KYE e KYP podem funcionar como sinais de revisão do fornecedor.

Essa visão sistêmica evita fragmentação. Em vez de tratar cada programa de compliance como ilha, a instituição procura consolidar sinais de risco e transformá-los em leitura mais inteligente do ambiente de controle. Para o público, isso demonstra maturidade institucional: a organização entende que fornecedores, colaboradores, parceiros e clientes fazem parte de um mesmo ecossistema de integridade.

Em termos reputacionais, essa integração é particularmente valiosa porque impede que um problema observado em uma frente permaneça invisível em outra. O KYS, assim, participa de uma lógica de aprendizado e retroalimentação entre programas.

7. Onboarding do fornecedor e lógica de admissão

O processo de onboarding de um fornecedor ou prestador de serviços relevante não deve ser entendido como mera formalização contratual. A base interna do Manual estrutura o KYS como fluxo end-to-end, com início na necessidade de negócio e término apenas quando há admissão formal, recusa, exceção controlada ou posterior descontinuidade do relacionamento. Em sua versão pública, esse fluxo pode ser explicado de forma simples: a contratação relevante passa por justificativa, coleta documental, verificação cadastral, due diligence, classificação de risco, parecer de Compliance, aprovação e formalização contratual.

A lógica desse fluxo é evitar que a contratação comece sobre bases frágeis. Quando faltam documentos, surgem inconsistências relevantes, há opacidade societária ou surgem sinais de alerta reputacional incompatíveis com o apetite de risco da instituição, a admissão ordinária deve ser interrompida até que a situação seja saneada ou formalmente escalada.

Isso não significa que toda contratação seja demorada ou excessivamente burocrática. Significa, sim, que a velocidade da contratação não pode se sobrepôr à necessidade de diligência mínima. Em ambiente regulado, a disciplina de entrada do fornecedor importa tanto quanto a qualidade do serviço que ele afirma poder entregar.

A partir do ponto de vista do público, vale destacar que esse fluxo protege não apenas a instituição, mas o próprio relacionamento comercial. Um onboarding bem executado melhora a clareza das obrigações, da documentação, das expectativas contratuais e dos mecanismos de responsabilização.

8. Metodologia de avaliação de risco

A base interna do KYS utiliza uma metodologia de score ponderado para transformar avaliação qualitativa em classificação consistente e auditável. A versão pública não expõe fórmulas internas detalhadas em nível sensível, mas pode explicar a lógica geral do processo. A análise considera fatores como reputação e integridade do fornecedor, transparência de sua estrutura societária, jurisdição e localização, natureza do serviço prestado, capacidade operacional e maturidade de conformidade e controles.

Em termos práticos, fornecedores com estrutura transparente, atividade simples, boa reputação, baixo grau de sensibilidade operacional e postura colaborativa tendem a demandar controles mais simples. Já terceiros ligados a serviços críticos, dados sensíveis, múltiplas jurisdições, estruturas societárias opacas, alertas reputacionais relevantes ou fragilidade de controles exigem diligência mais intensa e podem alcançar níveis mais elevados de risco.

Essa metodologia é importante por duas razões. Primeiro, porque melhora a coerência das decisões: situações semelhantes tendem a receber tratamento semelhante. Segundo, porque fortalece a defesa do processo em auditorias, testes de efetividade e revisões internas. A instituição consegue demonstrar por que determinado vínculo foi admitido, admitido com ressalvas, escalado ou recusado.

Ainda assim, a OZ reconhece que score não substitui análise profissional. O resultado quantitativo precisa ser lido à luz do caso concreto. Por isso, o processo admite juízo técnico fundamentado quando o contexto revelar que o resultado automático não retrata adequadamente o risco. O ponto essencial é que esse ajuste permaneça formal, rastreável e submetido à alçada correta.

8.1 Exemplo público de fatores observados

Fator	O que se observa	Por que importa
Reputação e integridade	Mídia adversa, sanções, investigações, histórico de fraude ou corrupção	Ajuda a medir risco reputacional e de integridade
Estrutura societária	Clareza sobre controle, administradores e beneficiário final	Reduz risco de opacidade e interposição indevida
Jurisdição e localização	Sede, operação real e exposição geográfica sensível	Permite leitura regulatória e territorial do risco
Modelo de negócio	Natureza do serviço, acesso a dados e criticidade operacional	Mostra o impacto do terceiro no ambiente institucional
Capacidade e controles	Estrutura técnica, licenças e postura de conformidade	Indica se o terceiro consegue entregar com segurança

9. Due diligence documental, reputacional e de conformidade

A due diligence é o núcleo qualitativo do KYS. Não se trata apenas de reunir documentos, mas de compreender se o fornecedor possui identidade clara, representação válida, estrutura compatível com o serviço ofertado, beneficiário final identificável quando aplicável, reputação minimamente adequada e capacidade de cumprir as obrigações contratuais e de integridade esperadas.

Essa diligência pode envolver análise de documentos societários, verificação de representantes, identificação de beneficiário final, consultas a listas restritivas e PEP, pesquisa de mídia adversa, avaliação de processos ou autuações relevantes, conferência de licenças e registros, análise de capacidade técnica e leitura da postura do fornecedor diante de exigências de compliance, confidencialidade, auditoria e cooperação.

Nem todo achado negativo tem o mesmo peso. O processo deve considerar materialidade, atualidade, contexto, recorrência, conexão com o serviço contratado e possibilidade real de mitigação. Também deve tratar com cautela homônimos, achados inconclusivos e

informações incompletas, registrando diligências adicionais e o racional adotado para cada conclusão.

Do ponto de vista público, esse ponto é especialmente importante porque mostra que a instituição não contrata terceiros relevantes apenas com base em preço ou conveniência. Existe um esforço de conhecer o terceiro em profundidade suficiente para sustentar decisão responsável e documentada.

10. Critérios de aceitação, recusa, exceção e descontinuidade

A decisão final sobre um fornecedor decorre da combinação entre score, análise qualitativa, materialidade da contratação, criticidade do serviço, risco residual esperado e possibilidade real de mitigação. Em outras palavras, a instituição não contrata apenas porque a necessidade existe; contrata quando o risco remanescente é compatível com seu apetite institucional.

Como regra, fornecedores classificados em patamares baixos ou médios podem seguir fluxo ordinário, observadas as alçadas internas. Fornecedores em patamar alto não integram o fluxo ordinário e somente podem ser admitidos em caráter excepcional, mediante justificativa de negócio, parecer circunstanciado, mitigadores reforçados e deliberação expressa da Diretoria. Quando o risco é considerado inaceitável, a regra é a recusa da contratação ou a descontinuidade do relacionamento, salvo obrigação legal em sentido diverso.

As hipóteses típicas de recusa incluem recusa injustificada em fornecer informações, inconsistências materiais não saneadas, impossibilidade de identificar beneficiário final quando aplicável, opacidade societária sem justificativa plausível, alertas reputacionais graves e classificação incompatível com o apetite de risco da instituição.

Exceções, por sua vez, não são atalhos informais. Elas precisam ser documentadas, justificadas, aprovadas e acompanhadas de prazo, mitigadores, responsável e condição de revalidação. O mesmo vale para a descontinuidade do relacionamento, que deve ser formalmente registrada e amparada por fundamento objetivo.

11. Monitoramento contínuo, reclassificação e eventos-gatilho

Um fornecedor bem avaliado no onboarding pode se tornar inadequado ao longo do tempo. Por isso, a base interna do KYS trata o monitoramento contínuo como parte indispensável do processo. O relacionamento contratual precisa ser revisto periodicamente e extraordinariamente sempre que fatos relevantes surgirem.

Entre os eventos-gatilho típicos estão alterações societárias, mudança de administradores ou beneficiário final, modificação material do serviço prestado, novas jurisdições, mídia adversa superveniente, inclusão em listas restritivas, incidentes de segurança da

informação, descumprimento contratual relevante, autuações, investigações ou outras ocorrências capazes de alterar a leitura de risco do fornecedor.

A lógica pública aqui é simples: conhecer adequadamente um terceiro na entrada é importante, mas manter esse conhecimento atualizado ao longo do relacionamento é ainda mais importante. O KYS não é arquivo estático; é processo vivo de observação, reavaliação e reação proporcional ao risco.

Essa disciplina de monitoramento também fortalece a governança contratual, porque permite que a instituição reaja antes que eventos relevantes se convertam em dano operacional, reputacional ou regulatório mais severo.

12. Dossiê KYS, guarda documental e rastreabilidade

O dossiê KYS é a materialização documental do programa. Nele se reúnem documentos de identificação do fornecedor, registros de representação, evidências de diligência, pesquisas reputacionais, memória de score, pareceres, aprovações, exceções, revisões, reclassificações e eventos relevantes ao longo do relacionamento.

Essa documentação não é acessória. Sem ela, a instituição não consegue demonstrar que adotou diligência suficiente nem reconstruir o racional que sustentou determinada decisão. A rastreabilidade protege a organização, favorece auditorias, melhora a capacidade de resposta a supervisores e reduz o risco de decisões contraditórias ou sem base documental suficiente.

Ao mesmo tempo, a OZ reconhece que esses materiais podem conter dados sensíveis e estratégicos. Por isso, a guarda deve ocorrer em ambiente seguro, com acesso restrito às áreas que efetivamente necessitam das informações para desempenho de suas atribuições, observando-se critérios de sigilo, necessidade, integridade e proteção de dados.

A preservação da trilha histórica também é parte importante da qualidade do processo. Quando o fornecedor é reclassificado, submetido a exceção ou monitorado por evento relevante, o histórico deve continuar compreensível ao longo do tempo.

13. Indicadores de efetividade e melhoria contínua

Programas robustos precisam ser medidos. A base interna do KYS prevê indicadores e testes de efetividade destinados a verificar se o processo está sendo seguido, se os prazos estão sendo respeitados, se os dossiês permanecem completos e se as revisões ocorrem de forma tempestiva e coerente.

Em linguagem pública, isso significa que a OZ acompanha a qualidade do próprio KYS. A instituição pode observar, por exemplo, tempo médio de onboarding, percentual de fornecedores por faixa de risco, volume de exceções, quantidade de reclassificações,

incidência de documentação incompleta, número de recusas e apontamentos de auditoria ou compliance vinculados ao tema.

O valor desses indicadores está em permitir correção. Quando o processo revela atraso recorrente, excesso de exceções, deficiência documental ou fragilidade de monitoramento, a instituição pode estruturar planos de ação, redefinir prioridades e recalibrar seus controles. Um programa maduro não se contenta com a existência formal de regras; ele procura provar sua efetividade e melhorar continuamente.

Essa lógica de melhoria contínua é especialmente importante em ambiente regulado, em que mudanças normativas, tecnológicas, operacionais e reputacionais podem rapidamente alterar a adequação dos controles existentes.

14. Treinamento, cultura, sigilo e revisão periódica

A maturidade do KYS depende da compreensão das áreas envolvidas. Se áreas demandantes, Cadastro, Jurídico, Compliance e demais instâncias não souberem por que o processo existe, quais documentos são relevantes, o que constitui evento-gatilho ou por que a evidência importa, a norma corre o risco de ser executada de forma apenas burocrática.

Por isso, a OZ trata treinamento e cultura como partes integrantes do mecanismo de controle. O objetivo é que as áreas entendam não apenas o que precisam fazer, mas por que precisam fazer. Essa compreensão melhora a disciplina operacional, reduz erros e fortalece a percepção de que o KYS protege a instituição e qualifica a relação com terceiros.

O sigilo também é componente essencial. Fornecedores submetidos ao programa devem observar cláusulas de confidencialidade, uso adequado de sistemas, proteção de informações e cooperação com monitoramentos e auditorias. Internamente, as informações do dossiê também devem circular apenas entre áreas que efetivamente necessitam delas.

Por fim, a revisão periódica do Manual assegura que o KYS permaneça compatível com a realidade do negócio, da regulamentação e dos riscos observados pela instituição. Mudanças na AIR, apontamentos de auditoria, alterações normativas, incidentes relevantes e novas exigências de governança podem justificar atualização antecipada do programa.

15. Compromisso institucional e disposições finais

Ao disponibilizar esta versão pública do Manual KYS, a OZ Corretora de Câmbio reafirma seu compromisso com integridade, governança, prevenção, proporcionalidade e responsabilidade institucional. O programa Know Your Supplier não deve ser lido como

obstáculo burocrático à contratação, mas como instrumento de cuidado e proteção na forma como a instituição seleciona, acompanha e, quando necessário, encerra o relacionamento com terceiros relevantes.

A versão pública não substitui o manual interno e operacional. Sua finalidade é apresentar ao público uma visão robusta, didática e institucional do programa, explicando por que ele existe, como funciona em seus fundamentos e como se integra ao sistema mais amplo de controles internos, PLDFTP, AIR, MSAC, segurança da informação e governança corporativa da instituição.

A OZ entende que transparência, proteção jurídica, disciplina de risco e efetividade de controles são valores compatíveis entre si. Quando bem equilibrados, fortalecem a confiança de clientes, colaboradores, fornecedores, auditores, reguladores e demais partes interessadas.

Sempre que necessário, este documento poderá ser atualizado para refletir mudanças normativas, aperfeiçoamentos de governança, evolução do modelo de negócios ou revisões relevantes dos mecanismos internos de controle. Até lá, permanece como referência pública do compromisso institucional da OZ com um programa KYS sério, proporcional, rastreável e alinhado às melhores práticas do setor.

OZ Corretora de Câmbio S.A.

Tel: +55 (11) 3113-2700

SAC: <https://ouvidoria-web-sac.stallos.com.br/WebSac>

Canal de Denúncia: <https://ouvidoria-web-sac.stallos.com.br/WebSac>

Ouvidoria:

https://risc.advicetech.com.br/Ouvidoria_front/paginas/default.aspx?CD_CHAVE=9D020B59-E97D-4CB7-A8B7-8824C87196C6